



FALANGE MIÚDA

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Ensino de metodologias para o ensino médio e preparação para o enem aos surdos estudantes na educação de surdos

Ana Regina e Souza Campello¹
DESU / INES

Bruna da Silva Branco²
UFPel

Fabiano Souto Rosa³
UFPel

RESUMO

Este artigo é o fruto da produção material e didático da formação de professores de Ensino Médio acerca das “Estratégias e Metodologias para Surdos Estudantes do Ensino Médio” elaborado por uma dos autores deste artigo, realizada no Curso de Aperfeiçoamento em Formação de Professores e Profissionais: Ensino de Metodologias para o Ensino Médio e Preparação para o Enem na Educação de Surdos, financiado pelo FNDE / DIPEBS / MEC voltado ao público: formação de professores que trabalham com os/as estudantes surdos/as do Ensino Médio. O material objetiva a formação de professores de Ensino Médio a lidar e de aproximar à realidade dos alunos com sua demanda e complexidade do mundo de trabalho e da vida em sociedade. Na metodologia, utilizamos o método de relato de experiência e a pesquisa bibliográfica, em que analisamos documentos sobre BNCC, Diretrizes Curriculares, Estrutura de Ensino Médio, Proposta curricular na perspectiva surda, Perfil dos estudantes surdos e profissionais do ensino médio, Estratégias e Metodologias e finalmente, Tipos de metodologias. O material apresentado visa à formação do sujeito surdo em sua identidade, língua e cultura como sujeito surdo incluído na sociedade de forma efetiva e completa, tendo que reconhecer suas diferenças, resiliências, habilidades e capacidades. Os professores bilíngues, ou não, que trabalham com a educação de surdos precisam aceitar o desafio para perceber as diferenças metodológicas específicas e educacionais que estão envolvidas na língua e cultura do/a estudante surdo/a, avançando, dessa forma, para uma inclusão efetiva, como cidadã(o) brasileiro/a.

Palavras-chave: Ensino Médio; Metodologias; ENEM; Estudantes Surdos

Teaching Methodologies for High School and Preparing for the ENEM (National High School Exam) to Deaf Students in Deaf Education

ABSTRACT

¹ Doutora pela UFSC. Professora de Ensino Superior do Curso de Pedagogia do DESU / INES. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Rua do Catete 247 / 704 – Catete – Rio de Janeiro – RJ – CEP:22220-001. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1464-9524>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6945261731062194> e e-mail: acampello@ines.gov.br

² Doutora pela UFRGS. Professora do magistério superior- UFPel - Pelotas - Rio Grande do Sul – Brasil. Avenida Prefeito Ary Alcantara, 1001, Casa 117, Areal, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 96081-700. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1615-4752>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041041727450584>. E-mail: bbrunabranco@gmail.com

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor do Curso de Letras Libras/Literatura Surda – Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Av.: Pref. Ary Alcântara, 1001 - casa 190. Areal, Pelotas, RS. Brasil. CEP: 96081-700. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8114-377X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0827970294812223>. E-mail: fabiano.rosa@ufpel.edu.br

This article is the result of the material and didactic production of the training of high school teachers on "Strategies and Methodologies for Deaf High School Students," developed by one of the authors of this article, carried out in the Professional Development Course in Teacher and Professional Training: Teaching Methodologies for High School and Preparation for the ENEM in Deaf Education, financed by FNDE / DIPEBS / MEC, aimed at the public: training of teachers who work with deaf high school students. The objective is to train high school teachers to address and connect with the realities of students, their demands, and the complexities of the world of work and life in society. The methodology employed was based on experience reports and bibliographic research, analyzing documents related to the BNCC (National Common Core Curriculum), Curriculum Guidelines, High School Structure, Curriculum Proposals from a Deaf Perspective, Profiles of Deaf Students and High School Professionals, Strategies and Methodologies, and finally, Types of Methodologies. The material presented aims to educate deaf individuals in their identity, language, and culture, enabling them to be effectively and fully included in society, recognizing their differences, resilience, skills, and abilities. Bilingual teachers, or those who don't work with deaf education, need to accept the challenge of understanding the specific methodological and educational differences involved in the language and culture of deaf students, thus advancing towards effective inclusion as Brazilian citizens.

Keywords: High School; Methodologies; ENEM; Deaf Students

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é o fruto da produção material e didático da formação de professores de Ensino Médio acerca das “Estratégias e Metodologias para Surdos Estudantes do Ensino Médio” elaborado por uma dos autores deste artigo, realizada no Curso de Aperfeiçoamento em Formação de Professores e Profissionais: Ensino de Metodologias para o Ensino Médio e Preparação para o Enem na Educação de Surdos, financiado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e coordenado pela Diretoria de Políticas de Educação Bilingue de Surdos (Dipebs) voltada ao público: formação de professores que trabalham com os/as estudantes surdos/as do ensino médio. O projeto de extensão foi idealizado pelos Surdos professores: Bruna Branco, Coordenadora do Projeto de Extensão: Curso do EMEBS e Fabiano Souto Rosa, Cooordenador, ambos da Universidade Federal de Pelotas – UFPel (RS) que executaram no período do ano de 2024 (agosto a dezembro). Os vídeos foram postados no moodle próprio da UFPel e registrado como divulgação pública.

A existência das legislações que amparam as políticas educacionais, do ensino infantil ao ensino superior, assim como a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, que é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB sob o nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), bem como a nova Lei, aprovada recentemente em 2021, a Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021), que introduziu a nova modalidade de educação bilíngue de surdos. Esta legislação resgata os direitos desses estudantes, que, historicamente, foram

prejudicados pelo infrutífero método oralista. Ao estabelecer a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como primeira língua (L1) e o Português escrito como segunda língua (L2), a lei rompe com décadas de subordinação linguística, garantindo que o processo educativo ocorra em espaços que respeitem a singularidade linguística e cultural da comunidade surda. Mais do que uma mudança administrativa, a medida assegura materiais didáticos específicos e professores com formação bilíngue, visando superar o isolamento comunicativo e promover o pleno desenvolvimento cognitivo e social do aluno surdo. Igualmente, são as bases que nortearão os currículos dos sistemas e redes de ensino dos estados federativos do Brasil, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no país.

Apesar da BNCC, elaborada e construída pela perspectiva ouvinte⁴, igualmente importante para a comunidade surda dentro da interculturalidade, que também estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os/as estudantes surdos/as desenvolvam ao longo da educação básica. Esta perspectiva intercultural assegura que o currículo não seja apenas uma tradução do mundo ouvinte, mas um espaço de diálogo entre culturas, onde a identidade surda é valorizada como uma forma legítima de experienciar o mundo.

Nesse sentido, a educação bilíngue atua como a ferramenta que viabiliza o acesso aos saberes universais por meio da visualidade e da Libras, garantindo que as metas de aprendizagem nacionais sejam atingidas sem desprezar a singularidade linguística do aluno. Assim, busca-se uma formação integral que promova o protagonismo do estudante surdo, permitindo-lhe transitar com autonomia entre a cultura surda e a cultura majoritária ouvinte, de forma crítica e equânime.

As referências sobre os princípios éticos, políticos e estéticos, apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, vem acrescentar a formação humana integra a construção de uma sociedade justa, consciente, democrática e inclusiva, com o uso de duas línguas: Libras e língua portuguesa.

Apesar das disciplinas estar voltada para o Ensino Médio, é inegável esquecer a continuidade do processo de ensino que vai além da educação básica (que envolve a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio)

⁴ A "perspectiva ouvinte" é descrita como o lugar da norma, onde o surdo é frequentemente visto através de um viés médico-patológico (deficiente) e não cultural. Autores como Skliar (2010), Perlin (2010) e Strobel (2008), entre outros, utilizam esses estudos para questionar o "ouvintismo" (ou audismo), que seria a atitude de superioridade ou a naturalização de práticas ouvintes como padrão universal de comunicação e ser.

com o uso da língua de instrução, especialmente na presença de estudante surdo, conforme o artigo 5º e do artigo 22º (II, & 1º) do Decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005):

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos/as estudantes surdos/as, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Apesar da atual política implementada nas redes de ensino e público e privada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada em 2008, esse documento difere da proposta do movimento social dos Surdos, que reivindicaram a separação conceitual (Deficiência X Pessoas Surdas) na constituição de uma política pública para uma educação de qualidade para todos os/as estudantes surdos/as. Tal política deve transcender a teoria e efetivar-se por meio de investimentos em infraestrutura, formação continuada de professores bilíngues e a produção de materiais didáticos em vídeo e imagem.

Dessa forma, a consolidação desse marco legal não representa apenas uma vitória burocrática, mas o compromisso ético do sistema de ensino em eliminar as barreiras comunicativas e pedagógicas. Ao assegurar um ensino que respeite a transversalidade da educação bilíngue, o Estado promove uma inclusão autêntica, que não se limita à presença física do estudante na sala de aula, mas garante seu efetivo sucesso acadêmico, sua dignidade e o pleno exercício de sua cidadania dentro de uma sociedade plural.

Como a política impera atualmente no ensino e educação de Surdos nas escolas inclusivas, é importante pensar em como “ensinar as pessoas surdas com suas línguas distintas de nós?”.

O que dá mais angústia e inquietação no ensino aos estudantes surdos/as nas escolas e instituições de formação profissionalizante são os professores que não conhecem a pessoa surda, com sua identidade, cultura e língua. Sabemos que o país Brasil é um país multilíngue composta de 200 (duzentas) línguas distintas além da língua oficial do país: língua portuguesa. A Libras é uma língua reconhecida pela Lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002), que não deve ser compreendida como uma criação ou um resultado direto dos movimentos sociais; ela é uma língua natural, com estrutura gramatical própria, que emerge organicamente da experiência visual e da interação entre os sujeitos surdos.

O que é, de fato, fruto da incansável mobilização dos movimentos sociais e da comunidade surda é o reconhecimento oficial e jurídico dessa língua no Brasil. Foi a luta política que retirou a Libras da marginalidade e do espaço doméstico para oficializá-la por meio da Lei nº 10.436/2002 e, mais recentemente, para consolidar a educação bilíngue como modalidade de ensino. Portanto, enquanto a língua pertence à natureza humana e cultural do surdo, o seu direito de existir e de ser utilizada na educação é uma vitória histórica da organização coletiva contra a hegemonia ouvinte.

A preservação da Libras contribui para a valorização e reconhecimento da cultura surda que, por muitos anos, era dirigida pela hegemonia “ouvintista”⁵ da cultura ouvinte e do uso da oralização, como meio de comunicação. Não somente esta valorização, mas também, exigiram o ensino da segunda língua: língua portuguesa, modalidade escrita para Surdos, para se desenvolver integralmente todas as suas possibilidades cognitivas, afetivas e emocionais, oportunizando a sua inclusão e integração dentro da sociedade brasileira. Mas as pesquisas apontaram que o ensino de Língua Portuguesa (LP) para surdos tem demonstrado a ausência de materiais didáticos específicos para esse grupo.

2 ESTRUTURA DE ENSINO – ENSINO MÉDIO

⁵ Ouvintista faz parte do sistema “ouvintismo” (Skliar, 1998) cujo sistema de representação e compreensão que os ouvintes fazem e impõem sobre a surdez e os surdos, uma vez que o mundo é narrado, explicado e normatizado a partir da experiência de ser ouvinte.

Apesar do Ensino Médio frequentemente ser voltado para a formação de alunos surdos com foco exclusivo no mercado de trabalho, é fundamental que essa etapa não se reduza a um treinamento meramente técnico ou instrumental. A educação bilíngue, conforme preconizada pela Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021), defende que o acesso ao trabalho deve ser acompanhado pelo pleno desenvolvimento intelectual e crítico.

Muitas vezes, sob uma perspectiva ouvinte e capacitista, acredita-se que o estudante surdo deva ocupar apenas cargos operacionais, negligenciando seu potencial para o ensino superior e para posições de liderança. Portanto, a política pública deve garantir que a transição para a vida adulta não ignore o direito desses estudantes a uma base curricular robusta, que utilize a Libras para mediar conceitos complexos e garantir que o jovem surdo não seja apenas "treinado", mas sim educado para exercer sua cidadania em todas as esferas da sociedade.

O MEC (Brasil, 2018) estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando a carga horária de 1.800 horas e definiu nova organização curricular do Ensino Médio por áreas de conhecimento e não por matérias e será composta por 4 áreas de conhecimento mais 1 (uma) de formação Técnica e Profissional. Na nova estrutura, contemplam habilidades e competências relacionadas às 04 áreas do conhecimento, com o objetivo de aproximar à realidade dos alunos com sua demanda e complexidade do mundo de trabalho e da vida em sociedade.

As 4 áreas de conhecimento, como itinerários formativos, são: Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e da formação técnica e profissional, com a sigla FTP; ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As escolas têm autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar de acordo com a realidade dos alunos.

Para isso, os alunos serão orientados para a escolha dos itinerários formativos pela Gestão das escolas junto com os Coordenadores pedagógicos e do Curso de Ensino Médio por meio de diálogo, mostrando suas possibilidades de escolha, avaliando seus interesses e, conseqüentemente, orientando-os nessas escolhas. É importante trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos/das estudantes surdos/as, para que eles/as sejam capazes de fazer escolhas conscientes, disciplinados e sérios através de diálogos (esclarecimentos, compartilhamento de informações e de percepções das acessibilidades) com seus anseios e aptidões.

Para os/as estudantes surdos/as, o projeto de vida se relaciona com o uso da visualidade que mais se identifica com a tecnologia e com a produção das acessibilidades assistivas. O ideal é incentivar aos estudantes surdos a engajarem as atividades e profissionalização de Artes (teatro, dança, pintura, literatura visual, cinema, fotografia, história em quadrinhos, jogos eletrônicos, escultura, arte digital e música em Libras), Tecnologia (Administração de Redes, Desenvolvimento de Software, Análise de Dados, Análise de Sistemas, Tecnologia de Informação, Ciências da Computação (Arquiteto de *Software*, Gerente de TI e Pesquisa ou Docência), Suporte Técnico, Segurança da Informação, Desenvolvedor *Full Stack*, DevOps – Desenvolvimento de Operações, Engenharia da Computação, Jogos Digitais, Sistemas de informação, etc.)⁶, Educação (Professor de Libras, Pedagogo, Coordenador Pedagógico, Psicopedagogo e até Diretor Escolar), Linguística (Consultoria Linguística, Tradução e Interpretação da perspectiva Surda, Elaboração de Dicionário e Glossário – impresso e digital, Ensino e Mentoria, Análise Linguística, Pesquisa de Campo, Desenvolvimento de Recursos Educacionais, Processamento de Linguagem Natural – PLN, Professor de Terminologia, Terminografia, Lexicografia e Lexicologia e Professor de Literatura Surda) e também às outras áreas de conhecimento, do qual o estudante surdo pode se identificar mais, com uma pequena alerta: a acessibilidade deve ser uma ferramenta de luta a ser implementada nas escolas técnicas e / ou universidades de acordo com o cumprimento do artigo 17 da Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098/00), e seu Decreto n.º 5.296 (artigo 6º, & 1º, item III e artigo 59) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15 e seus artigos 28, item IV, 68, & 3º e 112, item IX).

2 PROPOSTA CURRICULAR DE ACORDO COM O BNCC

Com a nova proposta curricular da BNCC do eixo Ensino Médio, as diretrizes se aplicam em cada um dos itinerários formativos com as duas aplicações centrais: Competências e Habilidades, que são os pilares para garantir a equidade educacional. No contexto da educação bilíngue, essas competências deixam de ser vistas sob uma ótica puramente oralista para serem desenvolvidas por meio da visualidade e da mediação em Libras.

⁶ No Brasil, possuímos uma Associação de Tecnologia e Inovações de Surdos. Veja no site: <https://atis.org.br/>

As Competências são definidas como a mobilização de conhecimentos e atitudes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, enquanto as Habilidades referem-se ao saber-fazer prático e cognitivo. Para o estudante surdo, o desenvolvimento desses elementos nos itinerários formativos, sejam eles voltados às Linguagens, Ciências ou ao Ensino Técnico, exige que o sistema de ensino forneça estratégias pedagógicas que respeitem sua identidade cultural, assegurando que o foco no mercado de trabalho ou na formação acadêmica não ignore a necessidade de uma base linguística sólida e acessível.

Da Competência:

- a) Conhecimento - É o equilíbrio de tudo, pois o/a estudante surdo/a vai adquirir visualmente, através de conhecimento, e aprender a utilizar tudo de forma construtiva, aplicando e compreendendo organicamente (uso de visão e não de som), em contextos sociais, físicos, culturais e digitais.
- b) Pensamento científico, crítico e criativo - Visa fornecer ao estudante surdo/a os artefatos culturais e metodológicas para que ele/a possa enfrentar e entender das situações, fenômenos e problemas de forma racional, criativa, planejada e crítica, criando raciocínios, hipóteses e investigando causas por meio da criatividade, da imaginação, da percepção científica, da pesquisa, da reflexão e da análise crítica dos acontecimentos.
- c) Repertório cultural – Desenvolver de modo harmonioso e integral do/a estudante surdo/a. A promoção do conhecimento dos artefatos culturais vai despertar no/a estudante surdo/a o respeito e a valorização da diversidade cultural, seja ela nacional ou estrangeira.
- d) Comunicação - Visa ampliar as escolhas de possibilidades expressivas do/ estudante surdo/a para que possa se expressar de forma adequada e satisfatória em diversos âmbitos, com o uso de diferentes meios de comunicação verbal (escrito) e não verbal: linguagem científica, artística, matemática etc.
- e) Cultura digital - As tecnologias digitais e visuais são poderosas quando utilizadas para o desenvolvimento cognitivo pleno; ele/as pode tornar o conhecimento mais acessível e ajudar a desenvolver competências e habilidades de autonomia nos/as estudantes surdos/as, bem como entender novas linguagens e interpretação da informação.
- f) Trabalho e projeto de vida - A gestão escolar junto com a equipe da escola deve direcionar os/as estudantes surdos/as nas pesquisas, interesses, valorização e adquirir habilidades fundamentais para o entendimento do universo do mercado de trabalho e

a identificação das escolhas do futuro por meio do exercício da cidadania, iniciando a construção da própria identidade a partir das competências adquiridas.

- g) Argumentação – Os/As estudantes surdos/as precisam aprender a usar a habilidade de argumentar coerentemente e coesiva com base em fatos e dados científicos, organizando e criando opções de resposta, ideias e pontos de vista que respeitem os direitos humanos e o meio ambiente, sempre respeitando a si mesmos, o próximo e o planeta.
- h) Autoconhecimento e autocuidado - O autoconhecimento e o autocuidado influenciam o crescimento saudável do/a estudante surdo/a, mas também a acolher o sentimento do outro e a senti-lo, reconhecendo essas emoções com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- i) Empatia e cooperação - A escola deve ser um ambiente de aprendizagem cooperativa, associativa e tem como propósito estimular a empatia e a resolução de conflitos com respeito ao outro e aos direitos humanos, incentivando, também, a valorização da diversidade das pessoas surdas e dos grupos sociais de onde eles/as fazem parte do pertencimento cultural.
- j) Responsabilidade e cidadania - É fazer com que os/as estudantes surdos/as pensem na cidadania como uma responsabilidade pessoal, principalmente de forma envolvente, desde a infância até o Ensino Médio.

Da Habilidade:

- a) Inteligência Emocional: conhecer e gerir bem as próprias emoções, ter automotivação, ser empático e saber se relacionar interpessoalmente;
- b) Criatividade: usar a imaginação e criar algo inédito e original, ou seja, ter inventividade para soluções criativas;
- c) Capacidade de resolução de problemas complexos: capacidade de perceber e criar estratégias para resolver situações novas e ter respostas consistentes e eficientes;
- d) Saber tomar decisões: usar a intuição e somar todos os fatos já conhecidos para chegar a uma atitude firme;
- e) Saber trabalhar em equipe: ter cooperação, ser um comunicador, saber liderar e ser liderado, ser flexível e comprometido para promover um esforço coletivo;
- f) Gerir bem as pessoas: identificar aptidões, motivar, saber opinar e desenvolver pessoas é característica de um grande líder;

- g) Ter pensamento crítico: saber julgar e refletir sobre o que se deve crer em resposta a uma experiência, expressão verbal, sinalizada ou escrita;
- h) Ter capacidade de coordenação: conduzir as pessoas à cooperação e facilitar processos;
- i) Flexibilidade para negociar: saber fazer negociações com polidez e ter facilidade de relacionar-se com as pessoas, ser proativo, ter empatia e ser comunicativo;
- j) Aprender a aprender: aquisição de novos conhecimentos, estudar sempre para promover atualização profissional constante, sem atar os usos

Os quesitos de Competência e Habilidades são as ferramentas que podem ser utilizadas através de diálogo na sala de aula, uso de tempo com a educação integral e do projeto de vida dos/as estudantes surdos/as. É importante usar os temas e objetos do conhecimento diversos e relativos à língua natural deles/as, que é a Libras. Mostrar as inovações e estratégias metodológicas e visuais que possam colaborar para o trabalho integrado e contextualizado das áreas do conhecimento e exemplos de objetivos de aprendizagem.

3 PROPOSTA CURRICULAR NA PERSPECTIVA SURDA

Com a implementação de uma Diretoria de Política de Educação Bilíngue dos Surdos, em 2019, órgão vinculado da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI do Ministério de Educação – MEC por meio das reivindicações da comunidade surda, e com isso, estão mobilizando o documento para implementar um BNCC-EBS voltada em Libras, como primeira língua e língua portuguesa – modalidade escrita.

De acordo com a BNCC, do Ensino Médio, há período da vida que oferece mais autonomia e maior capacidade de reflexão sobre o mundo, os/as estudantes surdos/as gradativamente vão adquirir mais possibilidades de participação na vida pública e privada e na produção cultural por meio da Libras.

A BNCC-EBS, construída pela epistemologia surda, propõe uma reorganização curricular que parte da experiência visual e da centralidade da Libras como constituintes do pensamento. Diferente dos currículos tradicionais, essa abordagem não busca apenas traduzir conteúdos, mas sim fundamentar o processo de ensino-aprendizagem nas formas próprias de o sujeito surdo significar o mundo.

Ao adotar essa base, a educação brasileira reconhece que a pedagogia para surdos deve ser pautada na diferença, e não na deficiência. Isso implica que as competências e habilidades previstas para a educação básica sejam articuladas a partir de referenciais culturais surdos, garantindo que o estudante desenvolva sua criticidade e autonomia em uma estrutura educacional que, finalmente, valida sua identidade como legítima e produtora de saber.

Os produtos e materiais produzidos pelas pessoas surdas, e que estes são constituídos das culturas visuais expressadas nas Vusicas⁷ (substituindo a palavra da música), danças, manifestações da cultura corporal, vídeos, marcas corporais, moda, postcard comunitárias em Libras, redes de mídia da internet, gírias e demais produções e práticas socioculturais que combinam linguagens e diferentes modos de estar juntos com o uso de Libras, como futuro integrante do componente curricular no Ensino Médio.

Isso promove a ação desejada de mediação e intervenção sociocultural, conforme apontado na BNCC. É a Libras que supõe, ou melhor, que faz a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas de acordo com a competência e habilidade a serem trabalhadas no decorrer do Ensino Fundamental; ela é o recurso linguístico empregado para influenciar os conhecimentos da Libras e utilizada pelos/as estudantes surdos/as como instrumento para mediar conflitos (internos e externos), ou seja, constituir o sujeito visual⁸ em sua subjetividade.

Apesar das competências e habilidades se diferem pouco com a comunidade ouvinte, pode-se definir as propostas para as sete (07) competências e habilidades do BNCC, a partir da perspectiva surda, que podem ser encontradas no Livro “Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior”, volume 4, pelos autores Stumpf e Linhares (2021)⁹

Pretende-se que a proposta como futuro integrante do componente curricular no Ensino Médio, é necessário garantir que a Libras não seja tratada apenas como um

⁷ Nova terminologia para referir a música visual como Vusica (Grasse, 2023)

⁸ Sujeito surdo é um sujeito visual. A visualidade não se resume exclusivamente à escolha de imagens para representar os conteúdos programáticos em sala de aula, ao contrário, é um recurso que busca desenvolver no aprendiz percepções visuais para que se possa compreender o significado, de fato, a partir de suas práticas sociais e culturais, realizar leituras e ampliar seu conhecimento (Cruz e Pinheiro, 2020)

⁹ https://editora-arara-azul.com.br/wpcontent/uploads/2023/07/Vol04_LibrasL1_2022.pdf

acessório de acessibilidade, mas como uma disciplina autônoma e rigorosa, com carga horária e currículo próprios. A presença da Libras como componente curricular é um passo decisivo para consolidar a educação bilíngue, pois permite que tanto alunos surdos quanto ouvintes (no caso de escolas inclusivas ou de projetos de bilinguismo para todos) compreendam a estrutura linguística, a literatura e a história da comunidade surda.

No entanto, o desafio reside na implementação prática dessa proposta: ela exige a contratação de professores de Libras com formação específica (Letras-Libras) e a criação de materiais que fujam da visão simplista de "vocabulário de sinais". Somente assim o Ensino Médio cumprirá seu papel de formador, assegurando que o componente curricular contribua para a fluidez comunicativa e para o reconhecimento acadêmico da língua, combatendo o preconceito linguístico que ainda persiste nos ambientes escolares.

5 PERFIL DOS ESTUDANTES SURDOS E PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO

A compreensão da educação bilíngue de surdos exige, primordialmente, o reconhecimento da diversidade que compõe o cenário escolar. O perfil dos estudantes surdos no Ensino Médio é marcado por uma heterogeneidade linguística e sociocultural, englobando desde aqueles que possuem a Libras como língua materna até estudantes que, devido ao histórico de privação linguística, ainda buscam a fluência em sinais. Esses estudantes encontram-se em uma fase crucial de transição para a vida adulta e o mercado de trabalho, o que demanda um ambiente pedagógico que valide sua identidade visual e seus processos cognitivos diferenciados.

Paralelamente, o perfil dos profissionais que atuam nesta etapa — professores regentes, professores de Libras e tradutores-intérpretes — também atravessa um momento de ressignificação. Com a Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021), exige-se desse corpo docente não apenas a proficiência técnica, mas uma atuação pautada na epistemologia surda. O profissional do Ensino Médio bilíngue deixa de ser um mero transmissor de conteúdos traduzidos para tornar-se um mediador intercultural, capaz de articular as competências

da BNCC com a realidade visual e linguística dos estudantes, superando a histórica barreira do ouvincentrismo.

5.1 Perfil dos/as estudantes surdos/as do ensino médio

Ao destacar sobre o perfil dos/das aluno/as surdos/as, queremos esclarecer que a maioria é filhos de pais ouvintes. Segundo Behares (1996), Lane (1992), Goldfeld (1997), Freeman, Carbin e Boese (1999), Quadros (1997; 2004), Silva, Pereira e Zanoli (2007) e Fernandes e Moreira (2009), cerca de 95% das pessoas surdas, são filhos de pais ouvintes e não percebem a surdez em si, mas encontram obstáculo na comunicação, que eles proporcionam a vida toda. Muitos pais não reconhecem ou não aceitam o uso da língua de sinais na comunicação com os filhos, porque desconhecem e pela desinformação sobre a importância dela para o desenvolvimento psíquico-social e ainda como uma forma de aquisição dos conhecimentos das pessoas surdas.

Há a ilusão de que os filhos possam ouvir ou tornarem-se semelhantes aos ouvintes, através do implante coclear. Shelton (2026) complementa que não somente pelo implante. Além disso, há outras estratégias usadas por pessoas ouvintes para fazer com que as pessoas surdas não utilizem as línguas de sinais para se tornarem “mais próximas de pessoas ouvintes”¹⁰. Para tanto, buscam atendimentos, tratamentos clínicos e educação oralista na tentativa de oferecer aos filhos surdos, a oportunidade de se constituírem como sujeitos e cidadãos através da língua falada.

O atraso no acesso e na aceitação de uma língua natural é denominado “privação linguística”¹¹. Este fenômeno pode acarretar prejuízos severos ao desenvolvimento cognitivo, emocional e comunicativo da criança surda, visto que o cérebro humano necessita de uma base linguística sólida nos primeiros anos de vida para formar conexões neurais essenciais. Ao contrário das abordagens que focam na reabilitação auditiva, a utilização precoce da Libras possibilita o pleno entendimento do mundo, facilitando a expressão de necessidades, anseios e expectativas, garantindo que o desenvolvimento do surdo ocorra de forma equivalente ao de uma criança ouvinte.

¹⁰ Depoimento por escrito

¹¹ O conceito, segundo Estudos Surdos, é definido como pessoa que sofre de privação mental, incapaz de pensar e de se raciocinar e de comunicar com desenvoltura, devido a sua privação de língua de sinais. Veja o vídeo sobre a privação linguística <https://www.youtube.com/watch?v=zQyG-sIVs5U>

É com o uso dessa língua que o surdo se entenderá de como será a interação na sociedade, construir sua identidade e exercer sua cidadania, sendo esta, a forma mais expressiva de inclusão de forma equitativa.

A comunicação através da Libras propicia uma melhor compreensão entre surdos e ouvintes, uma vez que já está previsto por lei a presença de intérpretes de Libras em diferentes instituições públicas, como escolas, universidades, congressos, seminários, programas de televisão entre outros. O uso da Libras é o elo entre os surdos, que passam a ser perceptível como uma comunidade que tem características comuns e que devem ser reconhecidas como tal, praticando assim, a verdadeira inclusão social.

A pessoa surda, através da Língua de Sinais, pode desenvolver integralmente todas as suas possibilidades cognitivas, afetivas e emocionais, permitindo sua inclusão e integração na sociedade. Por isso, é importante que os pais de crianças surdas estabeleçam comunicação como modalidade e de contato com a Língua de Sinais o mais cedo possível, aceitando a surdez de seus filhos como diferença e a Libras.

Geralmente, em tentativas de comunicação, os pais ouvintes com filhos surdos utilizam a língua oral concomitante aos gestos. E de acordo com Kail (2013) e de Quadros (1997), a produção linguística dessas crianças a partir dos três anos de idade é inferior à das crianças expostas à língua de sinais:

se a exposição a uma língua falada e sinalizada pode trazer benefícios para o desenvolvimento das competências comunicativas e cognitivas da criança, em contrapartida, parece indispensável fornecer um input correspondente a uma língua integral (língua de sinais) para que as competências linguísticas possam ser elaboradas. (Kail, 2013, p.99)

Se não for exposto à sinalização como primeira língua dos surdos, conseqüentemente, provocará o atraso de aprendizagem, desenvolvimento das competências comunicativas, habilidades e cognitivo ao resto da vida. Inclusive também a ausência das conversas cotidianas no seio familiar onde as informações são omissas e perdidas (inserção de vocabulários pobres). No tratamento à reabilitação nunca é bem-sucedida:

Entendemos que o processo de reabilitação oral é lento e demorado, pois somente aos 12 anos a criança utilizará a língua oral com relativo domínio de vocabulário, para se comunicar de maneira clara e expressar-se de forma autônoma, deixando o intenso tratamento, ao aquela são submetidos para oralizar (Kail, 2013, p. 37)

Apesar de termos na diversidade surda muitas pessoas com identidades distintas. Atualmente, temos cerca de 14 (quatorze) identidades surdas (Campello, Silva, 2021) e as pessoas surdas têm seus comportamentos, atitudes, aprendizagem e comunicações distintas, devido as metodologias apreendidas nas escolas inclusivas e ou de escolas onde usam a libras como língua de instrução. Tem alguns que dominam a leitura e da escrita da língua portuguesa e outras não, devido ao incentivo e confiança no domínio da língua portuguesa, modalidade escrita.

5.2 Papel do professor bilíngue

Com a proposição da Lei 14.191 de 2021 (Brasil, 2021), o papel e função do professor bilíngue atende com os artigos:

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

Parágrafo único. Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores a que se refere o caput deste artigo serão ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas.

Na elaboração de material didático e pedagógico também se atende ao artigo 79-C, inciso V desta lei:

V – elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.

É muito comum ver a formação na área de Pedagogia (para ensino fundamental), Letras Libras (ensino superior na área de Letras Libras – Licenciatura e Bacharelado na formação de tradutor e intérprete de Libras) e da existência do Curso de Língua Portuguesa como L2, como na Universidade de Brasília – UnB. Os profissionais graduados com complementação pedagógica também podem atuar na educação básica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (Art. 61, V, incluído pela Lei nº 13.415, de 2017 (Brasil, 2017)).

O Decreto nº 5.626 de 2005 (Brasil, 2005) representou uma conquista dos movimentos sociais ligados à educação de surdos e nos permitiu “romper com os modelos do passado para negar os sentidos de inclusão que os sustentavam” (Souza, 2007) e nos

permitiu um novo momento na educação dos surdos e no trabalho em parceria com essa comunidade.

Apesar da pouca quantidade de presença de professores bilíngues no país, é inegável não demonstrar o compromisso dos profissionais que lidam com os/as estudantes surdos/as no ensino médio inseridos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Segundo Ferreira e Zampieri (2010), que mostram a importância da relação entre o professor e o/a estudante surdo/a, que eles compartilhem um território linguístico para a produção de significados e significações da aprendizagem, assim, sendo possível uma escola bilíngue.

As amarras de uma educação bilíngue aos projetos pedagógicos têm como pontos de destaque o desafio uma política de educação bilíngue, de práticas de significações que devem ser pensadas nos diferentes contextos históricos e culturais, no sentido de que a educação bilíngue não pode ser assimilada à escolarização bilíngue. Outra amarra é o modo como a surdez está sendo construída nos projetos pedagógicos, já que denominar um projeto pedagógico como “bilíngue” não supõe necessariamente um caráter intrínseco de verdade; é necessário estabelecer com clareza as fronteiras políticas que determinam a proposta educativa. (Karnopp, 2012, p. 37)

6 ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS

As estratégias e metodologias aqui aplicadas só servirão de base para entendimento de como trabalhar com os/as estudantes surdos/as do Ensino Médio. Apesar de ele/as carregarem as identidades distintas dentro da diversidade surda, poderemos elaborar estratégias e metodologias de acordo com o conhecimento cognitivo, de aprendizagem, de interpretação textual, e assim, poderemos incentivar a introduzir outras ferramentas de conhecimento.

6.1 Tipos de estratégias

As estratégias variam muito de acordo com a competência e habilidade do/a estudante surdo/a na aquisição de conhecimento, por exemplo:

- a) fazer pré-avaliação junto com o/a estudante surdo/a, conversando sobre os temas gerais e cotidiana;

- b) entregar o jornal ou convidar os/as estudantes surdos/as para ler e “interpretar” o texto impresso ou digital dos acontecimentos da sua cidade;
- c) avaliar os tipos de conhecimentos adquiridos, assim como: “conhece esse tema”, “conhece pouco esse tema” ou “não conhece nada” e assim vai por diante;
- d) Elaborar o plano de aula de modo igualitário para que todos possam participar de modo exaustiva e prazeroso.

A metodologia varia muito, de acordo com a escolha dos professores e do perfil dos/as estudantes surdos/as, desde que os materiais sejam mais visuais. Evitem usar os folhetos de alfabeto manual coladas nas paredes para não “infantilizar” ou de cortar o círculo viciosos de perpetuar a “infantilização” através dos alfabetos manuais. Usem a soletração manual e eles são adultos e capazes de “ler” e de “escrever” adquirindo o HÁBITO de tocar, ler e de escrever nos materiais físicos, e de usar os computadores para aprender a pesquisar sem depender dos professores. Incentive-os/as a pesquisar através de “palavras-chaves” e seus sinônimos, antônimos, paráfrases, palavras polissêmicas, e muitos outros.

6.1.1 Comunicação

A comunicação entre professores e estudantes surdos/as é utilizada como língua de instrução: Libras utilizando um dos tipos de bilinguismo dos surdos, que é definido por Ferreira-Brito (1993):

O tipo de bilinguismo (dos surdos) é o diglósico, isto é, o uso em separado de duas línguas, mesmo que de modalidades diferentes, cada uma em situações distintas. A Língua de sinais será usada em todas as situações em que uma língua materna é usada nas escolas, exceto no que se refere à escrita e à leitura, onde ela pode ser o meio, mas não objetivo.

Concluindo, o Bilinguismo Diglósico pode ser considerado a forma mais eficiente de abordagem educacional do surdo, seja este portador de surdez leve ou profunda. Apesar da existência da diversidade surda, é preferível elaborar os diagnósticos

da comunicação de cada estudantes surdos/as para organizar melhor o planejamento escolar e pedagógico.

6.1.2 Instrução de libras

De acordo com a definição da Unesco sobre a instrução em Libras, e de acordo com o Decreto 5.626, de 2005 (Brasil, 2005):

A aquisição de conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica. O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento. O ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motivá-los. (Unesco, 1994, n.p).

Em momentos em que os professores ouvintes, como bilíngues, usam diretamente a língua de sinais para falar ou explicar algo aos estudantes surdos/as, eles/elas pareceram ter mais facilidade em compreender as informações do que quando a informação era traduzida. Os professores, não bilíngues, que não sabem língua de sinais, dependem dos intérpretes para explicar ou se comunicar. Muitas vezes, há problema de estratégias de ensino e dos materiais pedagógicas nas transmissões de informações e conteúdos programáticos mais claros aos estudantes surdos/as, de acordo com a cultura e identidade de cada um deles.

Assim, em consequência, os intérpretes de Libras acabam assumindo como responsáveis pelas adaptações e explicações. O papel dos intérpretes não é de pensar estratégias de ensino, mas, sim, dar garantia ao acesso as informações em outras línguas através da tradução e interpretação intermediada entre eles.

Para haver instrução de Libras, não é só de transmitir às ideias, mas também da interação entre os pares, produção de sentidos e construção de conceitos, que somente o professor pode dar. A presença do intérprete pode não garantir isto, já que na interpretação algumas ideias não são possíveis de ser apenas traduzidas, devido a formação da área não itinerante à sua formação.

Segundo Arrojo (1998, p. 454 apud Macedo, 2016, p.32), de que “a relação que comumente existe entre professores e intérpretes pode tornar a compreensão mais

complicada”. A interação entre professores que não conhecem a língua de sinais nem sempre possibilita a escolha de estratégias de ensino adequadas à língua de sinais.

Assim, em um ambiente de educação de surdos, a instrução deveria acontecer em Libras – sem a mediação de intérprete– tendo professores bilíngues que possam apresentar os conceitos diretamente na língua de sinais, contribuindo para a valorização dos valores e interesses da comunidade surda, bem como melhorando a qualidade da educação oferecida. Vale lembrar que:

a instrução se refere à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognoscitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados. (Libâneo, 1994. p.23, apud Macedo, 2016, p. 35).

7 TIPOS DE METODOLOGIAS

7.1 Metodologia de ensino

A metodologia de ensino varia de professor a professor na escola inclusiva. É muito comum a metodologia ser adotada no mesmo modelo de ensino da Língua Portuguesa, que vai se complexificando a cada ano. E no Ensino Médio, é o momento de se preparar para o vestibular, com a escrita de textos mais elaborados, visuais e com o uso de vídeos-Libras do ENEM dos anos de 2017 a 2019 (Brasil, INEP, 2017 – 2019).

Com o uso da Libras, como língua de instrução, é da mesma forma. É importante saber analisar o vídeo, se está coeso e coerente, se a sinalização está clara, se os tradutores do vídeo sinalizam de forma desconexa ou não, e dos temas e da linguagem nas determinadas áreas que dificulta a compreensão. Então, essa é uma prática importante e que pode ser realizada desde os primeiros anos do Ensino Médio.

Do ensino da Língua Portuguesa – modalidade escrita, se restringe nos moldes de várias instituições abaixo relacionados:

- a) Proposta curricular para o ensino de português escrito como segunda língua para estudantes surdos da educação básica e do ensino superior: caderno do ensino médio: https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acao_informacao/pdf/00CADERNOIV_EnsinoMdioISBN2906.pdf;
- b) Projeto de extensão do IFSC Palhoça Bilíngue: Práticas de leitura e escrita de Português como L2 para surdos: https://www.youtube.com/watch?v=5S82rotoQko&ab_channel=Portugu%C3%AAsLibras;

- c) Avaliação das redações dos participantes surdos ou com deficiência auditiva (INEP, 2020):
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020__avaliacao_das_redacoes_dos_participantes_surdos_ou_com_deficiencia_auditiva.pdf;
- d) Cartilha do participante (ENEM, 2020):
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf 4;
- e) Manual do ENEM com tradução em Libras – Instituto Federal do Pará (2021):
https://www.manualdoenemifpa.com.br/wpcontent/uploads/2021/07/MANUAL_DO_ENEM_2021.pdf

7.2 Metodologia visual

Campello (2008), na sua tese de doutorado, foca no uso da Pedagogia Visual ou Pedagogia Surda como um dos aspectos da Visualidade dos Surdos na educação de Surdos, mostra que as metodologias a serem utilizadas estão no uso de jogos interativos, softwares voltados para a educação e ensino, dicionários digitais, material didático visual, entre outros, ou seja, metodologias que irão potencializar a capacidade de comunicação visual como aluno surdo, proporcionando agilidade e qualidade no ensino por meio dessas ferramentas interativas, onde o aluno pode associar a imagem já internalizada, além de posteriormente poder ser trabalho os diálogos através da Libras.

Além das ferramentas, possuímos cerca de vários glossários em Libras para determinada área especificada, assim como:

Quadro 2: Glossários em Libras

DISCIPLINA	SITES
Química (Tabela Periódica e Sinalário)	Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=z8dD8G4yGJ0 Fonte: https://debasi.ines.gov.br/sinqui-sinal%C3%A1rio-de-qu%C3%ADmica
Física	Fonte: https://sites.google.com/site/sinalizandoafisica/vocabularios-de-fisica

Ciências	Fonte: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EBOOK - MANUAL DE LIBRAS PARA CIENCIA- A CêLULA E O CORPO HUMANO20200727155142.pdf
Biologia	Fonte: https://www.youtube.com/channel/UCCbcnuY1e03MuAUy5vBWKE Q
Matemática	Fonte: https://www.youtube.com/playlist?list=PL5ZE- 0Gu8GAGe1UyMeRNOI-5IHWCLiUQ
Literatura (Escritores da Língua Portuguesa)	Fonte: https://debasi.ines.gov.br/escritores-brasileiros-em-libras , Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=9fRZkc6jfEs
Língua Portuguesa (Oficina da Redação)	Fonte: https://debasi.ines.gov.br/oficina-de-reda%C3%A7%C3%A3o
Arquitetura, Ciências Biológicas, Cinema, Informática , Letras Libras, Literatura e Psicologia	Fonte: https://glossario.libras.ufsc.br/
Saúde	Fonte: https://ntetube.nte.ufsm.br/v/1574345955

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A necessidade de o professor alinhar na sua prática pedagógica, o que não exclui a necessidade de conhecimento da Libras. Diante disso, o principal resultado alcançado, embasado em Campello (2008), tange que o uso das novas tecnologias, alinhadas a pedagogia visual e a Libras, se dá como fundamental dentro das práticas educacionais na aprendizagem de alunos surdos, pautada na visualidade, para garantir construções de sentidos e significados para esse público (estudantes surdos/as do Ensino Médio), o que se

configura com o um grande desafio na busca pela inserção desses elementos na prática pedagógica cotidiana.

7.3 Vestibular e Enem

Em respeito da Libras, como primeira língua da comunidade surda, o Decreto nº 9.508/2018 (Brasil, 2018) que garante a vídeo-prova em Libras em todas as modalidades: de ensino, de concurso, de apresentação nos processos de seleção e muitos outros.

Pode utilizar todos os materiais de vídeo-prova em Libras do vestibular simulado (<https://debasi.ines.gov.br/projeto-simulado/simulad%C3%A3o-2019>) e do exame do ENEM (<http://enemvideolibras.inep.gov.br/> e <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>) como forma de exercitar de observar, criticar, questionar para depois responder as questões.

Há outros vestibulares instituídos nas Universidades Federais, como na UFSC (<https://vestibularlibras2024.ufsc.br/>) que todo ano, elaboram vídeos-prova em Libras aos alunos do Ensino Médio.

8 CONCLUSÃO

A educação bilíngue é um projeto a ser concretizado quando implementar a diretriz de educação bilíngue, elaborado e organizado pelas sociedades surdas e civis junto com a DIPEBS / MEC que objetiva a formação do sujeito surdo em sua identidade, língua e cultura. Assim, a ideia é de formar o sujeito surdo a se incluir na sociedade de forma efetiva e completa, tendo que reconhecer suas diferenças, resiliências, habilidades e capacidades. Os professores bilíngues, ou não, que trabalham com a educação de surdos precisam aceitar o desafio para perceber as diferenças metodológicas específicas e educacionais que estão envolvidas na língua e cultura do/a estudante surdo/a, avançando, dessa forma, para uma inclusão efetiva, como cidadã(o) brasileiro/a.

REFERÊNCIAS

BEHARES, L. E. Aquisição da linguagem e interação mãe ouvinte-criança surda. In: Repensando a educação da criança surda. In: **Anais do Seminário Repensando a Educação da Pessoa Surda**. Rio de Janeiro: INES, 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. Brasília: DF. 2005. Disponível pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. Edital nº 33, de 28 de abril de 2022. Exame Nacional Do Ensino Médio - ENEM 2022 Impresso. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Publicado em: 29/04/2022. Edição: 80, Seção: 3, Página: 82. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-33-de-28-de-abril-de-2022-396385788> Acesso em maio de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília: DF. 2000. Disponível pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. Brasília: DF. 2002. Disponível pelo link: <https://legis.senado.leg.br/norma/552312/publicacao/15716310>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em

Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. Lei 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Presidência da República. Brasília: DF. 2021. Disponível pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: DF. 2018. Disponível pelo link: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento. Brasília: DF. 2008. Disponível pelo link: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. MEC. Novo Ensino Médio – Perguntas e respostas. Site. 2024. Disponível pelo link: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em maio de 2024.

CAMPELLO, A. R. **Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos**. Tese de Doutorado. CCE. UFSC: Florianópolis. 2008. Disponível pelo link: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_3b511e94a8af87a18fc37524e1ec6f07. Acesso em maio de 2024.

CAMPELLO, A. R.; CARVALHO, V. A existência de quatorze (14) identidades surdas. **Revista Humanidades & Inovação**. v. 9 n. 14: Aspectos sociodialetais do português brasileiro. 2022. Disponível pelo link: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2792>. Acesso em maio de 2024.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Currículos para os anos finais do Ensino Fundamental: concepções, modos de implantação e usos. São Paulo: Cenpec, 2015. Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Relatorio_Pesquisa_Curriculos_EF2_Final.pdf>. Acesso em maio de 2024.

CRUZ, O. M. de S. e S. da; DA SILVA PINHEIRO, V. Visualidade, língua de sinais e conhecimento prévio: pilares no ensino para aprendizes surdos. **Communitas**, [S. l.], v. 4,

n. 7, p. 312–326, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/3142>. Acesso em maio de 2024.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial (UFSM)**, v. 22, p. 225-236, 2009.

FERREIRA-BRITO, L. **Integração social & educação de surdos**. R.J.: Babel, 1993.

FERREIRA, M. C. C.; ZAMPIERI, M. A. Atuação do professor ouvinte na relação com o aluno surdo: relato de experiência nas séries iniciais do ensino fundamental. In: LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F, de. **Uma escola, duas línguas**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-internacionalista**. São Paulo: Plexus. 1997.

GRASSE, R. D. **Vusica em Libras na Cultura Surda com foco na Educação Infantil**. Mestrado. Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue. DESU / INES. Rio de Janeiro: RJ. 2023.

KAIL, M. **Aquisição de linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. 118p.

KARNOPP, L. B. Educação bilíngue para surdos: ao que estamos sinalizando? In: FREITAS, D.; CARDOZO, S. (Org.). **(In)formando e (re)construindo redes de conhecimento**. 1. ed. Boa Vista, RR: UFRR, 2012.

MACEDO, L. L. Política Linguística: Instrução em Libras dos Professores Ouvintes. **Revista Forum**. INES: Rio de Janeiro, n. 33, jan-jun. 2016. Disponível pelo link: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/396/368>. Acesso em maio de 2023.

PERLIN, T. T. G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010, p.51-73.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP L. B. **Língua de sinais brasileira - Estudos Linguísticos**. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

SILVA, A. B. de P.; PEREIRA, M. C. da C.; ZANOLLI, M. de L. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mães Ouvintes com Filhos Surdos: Concepção de Surdez e Escolha da Modalidade de Linguagem. Jul-Set 2007, Vol. 23 n. 3, pp. 279-286.

SKLIAR, C. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010, p.5-32.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

STUMPF, M. R.; LINHARES, R. S. A. (Orgs.). **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**, Vol. 1 [livro eletrônico] / texto final coletivo: vários autores et. al.]. 1ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021. Disponível pelo link: https://editora-arara-azul.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Vol04_LibrasL1_2022.pdf. Acesso em maio de 2024.

UNESCO. Oficina Regional de Educación de la Unesco para América Latina y el Caribe. Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). 1994. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/santiago/education/education-assessment-llece>. Acesso em maio de 2024.

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 16 de setembro de 2025.

Aprovado: 26 de janeiro de 2026.

Publicado: 25 de fevereiro de 2026.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Autores; **Introdução ou Considerações iniciais:** Autores; **Referencial teórico:** Autores; **Metodologia:** Autores; **Análise de dados:** Autores; **Discussão dos resultados:** Autores; **Conclusão ou Considerações finais:** Autores; **Referências:** Autores; **Revisão do manuscrito:** Autores; **Aprovação da versão final publicada:** Autores.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Falange Miúda os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Falange Miúda têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como ‘acesso aberto’ quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença *Creative Commons Creative Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0)*. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (*Double blind peer review*).

Editor

Marcus Garcia de Sene

Publisher

Este artigo foi publicado na Revista Falange Miúda vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - campus Garanhuns da Universidade de Pernambuco - UPE. A Revista Falange Miúda publica artigos de natureza técnico-



científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da Universidade de Pernambuco. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na Avaliação CAPES (2017-2020) a Revista Falange Míúda obteve Qualis B1.

